

## Educação no Campo: Desafios, Lutas e Conquistas de um Povo

*Edileuza Oliveira*

*Luzenira Ribeiro da Silva*

*Vânia Maria de Souza Silva*

**Resumo:** O presente trabalho traz como tema “Educação no Campo: Desafios, Lutas e Conquistas de um povo”. A referida pesquisa justifica-se devido a necessidade de compreender como se dá o processo de ensino-aprendizagem em uma sociedade dividida por sua cultura, seus traços, sua economia e vítima de discriminação e da opressão. A educação do campo deve acontecer de forma que atenda os anseios, necessidades e expectativas desses sujeitos. Diante de tal fato, a problemática desta pesquisa consiste justamente em identificar como vem sendo pensado o processo ensino-aprendizagem aos alunos do campo? Portanto, conclui-se que são inúmeros os obstáculos enfrentados pela comunidade do campo e para lidar diante de tantas dificuldades enfrentadas por esse povo, é necessário que a escola elabore propostas que promovam transformações e contemple em seus projetos educativos e organização do trabalho pedagógico ações que despertem o interesse dos educandos em frequentarem a escola.

**Palavras-chave:** Educação; Campo; Desafios.



Recebido em: setembro. 2025. Aceito em: dezembro. 2025

DOI: 10.56069/2676-0428.2025.747

*Ciência e Tempo Histórico: Tramas do Agora*

*Janeiro, 2026, v. 3, n. 34*

Periódico Multidisciplinar da FESA Educacional

ISSN: 2676-0428



## Educación En El Campo: Desafíos, Luchas Y Logros De Un Pueblo

**Resumen:** El tema de esta obra es "La educación en el campo: desafíos, luchas y logros de un pueblo". Esta investigación se justifica por la necesidad de comprender cómo se desarrolla el proceso de enseñanza-aprendizaje en una sociedad dividida por su cultura, sus rasgos, su economía y víctima de discriminación y opresión. La educación rural debe llevarse a cabo de manera que satisfaga los deseos, necesidades y expectativas de estas materias. En vista de este hecho, el problema de esta investigación consiste precisamente en identificar cómo se ha concebido el proceso de enseñanza-aprendizaje para los estudiantes rurales. Por lo tanto, se concluye que existen numerosos obstáculos que enfrenta la comunidad rural y, para afrontar tantas dificultades que enfrenta esta gente, es necesario que la escuela desarrolle propuestas que promuevan transformaciones y contemple en sus proyectos educativos y la organización de acciones de trabajo pedagógico que despierten el interés de los estudiantes en asistir a la escuela.

**Palabras clave:** Educación; Campo; Desafíos.

## Education In The Countryside: Challenges, Struggles And Achievements Of A People

**Abstract:** The theme of this work is "Education in the Countryside: Challenges, Struggles and Achievements of a People". This research is justified due to the need to understand how the teaching-learning process takes place in a society divided by its culture, its traits, its economy and victim of discrimination and oppression. Rural education must take place in a way that meets the desires, needs and expectations of these subjects. In view of this fact, the problem of this research consists precisely in identifying how the teaching-learning process has been thought of for rural students? Therefore, it is concluded that there are numerous obstacles faced by the rural community and in order to deal with so many difficulties faced by this people, it is necessary that the school develop proposals that promote transformations and contemplate in its educational projects and organization of pedagogical work actions that arouse the interest of students in attending school.

**Keywords:** Education; Field; Challenges.

## INTRODUÇÃO

O tema “Educação no Campo: Desafios, Lutas e Conquistas de um povo” surgiu de inquietações, indagações e reflexões sobre o desafio constante no que se refere as peculiaridades que o campo possui, aspectos, riquezas e perspectivas, bem como os diversos problemas enfrentados para o desenvolvimento do processo de construção de conhecimento que contribuem na formação dos sujeitos do campo.

É importante analisar o trabalho desenvolvido pelos docentes em escolas no campo, observando a especificidade do campo, o processo de socialização entre a escola e o conhecimento extra-escolar, voltadas para essa clientela, dentro de uma sociedade marcada pela discriminação, descaso, dividida entre o campo e o urbano ou cidade, tendo como foco que a escola é ou pode ser um espaço efetivo onde se pode fazer acontecer a educação do campo.

Portanto, há uma necessidade de maior engajamento da população camponesa junto aos movimentos sociais, uma vez que, tais movimentos fazem parte da luta do campo, proporcionando soluções para os desafios presentes no processo ensino-aprendizagem. Tendo em vista que tais desafios terão reflexos no desenvolvimento destes sujeitos. O engajamento aos movimentos sociais tende a contribuir para que assumam sua identidade, como sujeitos com cultura, costumes e tradições diferentes.

A referida pesquisa justifica-se devido a necessidade de compreender como se dá o processo de ensino-aprendizagem em uma sociedade dividida por sua cultura, seus traços, sua economia e vítima de discriminação e da opressão.

No entanto, é preciso ir além da sala de aula para uma conscientização da população do campo, quanto as suas identidades, suas conquistas, a construção de políticas públicas que valorize sua cultura e saber. Percebe-se então que a educação do campo deve acontecer de forma que atenda os anseios, necessidades e expectativas desses sujeitos.

## UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO NO CAMPO

A trajetória educacional do campo no Brasil, iniciou-se em 1930, concomitantemente ao processo de industrialização, o que ocasionou um número elevado de pessoas mudando-se para a cidade e conseqüentemente isso acarretou uma grande urbanização da população. “Essa fase ficou marcada pelo processo de modernização da sociedade do campo, evidenciando que o povo do campo precisavam adaptar-se a tais mudanças, uma vez que, as práticas ora adotadas eram consideradas como retrógradas, havendo assim a necessidade de se adequar aos modelos modernos de agricultura, os quais serviriam como apoio ao recente modelo industrial.”(CALAZANS, 1993)

A partir daí elencou-se diversas propostas para a área educacional do campo, tanto de cunho formal bem como informal. Vale explicitar, que estas experiências, entretanto, normalmente de maneira segmentada, sendo que em sua maioria, vinham de encontro aos interesses contraditórios, com função secundária nas políticas educativas.

No que se refere às propostas direcionadas para a educação do campo é interessante apresentar a Campanha Nacional de Educação Rural instituída em 1952, que de acordo com Calazans (1993, P.172):

A Campanha Nacional de Educação Rural almejava colaborar para o processo de evolução do homem rural, estimulando nele o espírito comunitário, a idéia de valor humano e o sentido de suficiência e responsabilidade para que não se aguçassem as disparidades entre a cidade e o campo em detrimento do meio rural, onde tenderiam a enraizar-se a estagnação das técnicas de trabalho, a disseminação de endemias, a consolidação do analfabetismo, a subalimentação e o incentivo às superstições e crendices.

É evidente que o processo educacional no campo em nosso país é caracterizado por uma conjuntura profundamente deficiente, repercutindo assim os sérios problemas enfrentados pela educação no Brasil.

Através de um discurso pronunciado no ano de 1933, apresentou-se as idéias defendidas pela pedagogia do campo. Azevedo (1962, p. 48) relata que:

[...] A escola rural não se organizou ainda nem para elevar de “nível” as populações do campo, civilizando-as, nem para fixá-las, integrando-as na sua região, dando-lhes o sentimento e o conhecimento direto das coisas ambientes e preparando-as para as atividades dominantes do meio.

Diante de tal fato, fica explícito o prejuízo para a população do campo, haja vista que estes não eram participantes nessa discussão, sendo papel dos mesmos apenas a negação de sua identidade, adequando-se à forma moderna como trabalhadores rurais nas grandes propriedades, haja vista que não possuíam condições para enfrentar às questões atuais. A fala de que o homem era fixado à terra, na verdade, teve efeito contrário. Todavia, tal fato se deve ao cenário econômico e social vivenciado naquela época da história, onde a educação no campo repassava uma idéia negativa da sociedade campesina e sua forma de viver, incentivando-os assim a abdicar do meio rural e ir para a cidade em busca de melhores condições de vida.

Apesar de esta ser uma corrente bem forte no decorrer da trajetória da educação presente no campo foram surgindo ainda algumas perspectivas em decorrência de ter sido fortalecida a organização social no campo por volta de 1950. Assim, introduziu-se maneiras novas de se fazer esta educação, onde já se preocupavam em respeitar a educação daquele povo, valorizando sua forma de ver o mundo, tendo o sujeito do campo como agente de desenvolvimento e o campo como ambiente de vida, de trabalho, de cultura, assim esse indivíduo acha um sentido e a probabilidade de estar aprendendo sem perder sua identidade.

De acordo com Grynszpan (2011, p.29) já no fim da década de 1950 e começo de 1960, o assunto agrário tornou-se um dos assuntos mais importantes que permearam o setor da política nacional, uma vez que no decorrer dos anos em que João Goulart esteve como presidente de nosso país, este foi um assunto que sempre esteve presente no cenário político. Assim, percebe-se que foi naquela época que foi concretizada a idéia que o Brasil precisava de uma reforma agrária que pudesse sanar as amplas propriedades e também o latifúndio, pois estes eram considerados como barreira basilar ao progresso.

Essa discussão teve alicerce através da junção com os movimentos sociais do campo, partidos chamados de esquerda e de esferas progressistas da Igreja Católica ocasionando, dentre outras implicações, a formulação de pareceres

educacionais, podendo ser encarado como antecessores do que brotaria, na década de 1990, com a designação do então Movimento pela Educação do Campo.

No período de 1960 até 1965 surgiram algumas sugestões direcionadas a área educacional, sendo que foram criadas idéias e métodos modernos voltados a educação de adultos, educação de base e educação popular. Nessa linha, destacou-se pela luta de propostas metodológica pela criação de métodos de acordo com a realidade do campo, a metodologia Paulo Freire e o Movimento de Educação de Base, que fortaleciam os atos dos movimentos sociais do campo, no qual as coligações do povo do campo e os sindicatos camponeses criaram forças e reuniram-se na União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - Ultab e no Movimento dos Agricultores Sem Terra, conhecido como Máster.

Muitas das ações de educação para o povo que surgiram nessa época estavam direcionadas principalmente para a educação no campo, como por exemplo, as escolas radiofônicas dispostas pelo MEB - Movimento de Educação de Base. De acordo com Paiva (1987, p.98), o MEB visava disponibilizar para o povo do campo a condição de se alfabetizarem num cenário melhor de educação de base, com o intuito de colaborar na ascensão da sociedade camponesa e também em seu preparo para as reformas básicas fundamentais, como a reforma agrária.

Considerando, que a educação tem como premissa a comunicação como mecanismo capaz de modificar o meio em que vivemos, a tarefa educacional do MEB objetivava sensibilizar a modificação de hábitos e a participação da sociedade, no qual, a forma de alfabetizar os adultos pensada por Paulo Freire oferecia à esse processo de alfabetização uma importante e nítida direção política, denominada como conscientização.

Com o golpe de 1964 extinguiu-se praticamente todos os planos educacionais que estavam sendo executados e ainda houve a desarticulação dos movimentos sociais. Deste modo, com o encerramento das formas de participação e representação, a ditadura militar infligiu barreiras, controlando assim os movimentos da população. Assim, os educadores que estavam lutando pela causa da educação popular, bem como importantes líderes desse movimento foram perseguidos e obrigados a sair do país, e por sua vez, as universidades tiveram intervenções.

Mesmo diante desse novo cenário atribuído pelo governo ditatorial, ainda houve alguns pontos que resistiram por meio dos chamados movimentos progressistas

da Igreja Católica que recomeçaram as articulações, com o desenvolvimento de novos líderes, organizando-se nas comunidades. Nessa época, houve destaque para três ambientes de resistência, sendo o primeiro as organizações da igreja conhecidas como Comunidades Eclesiais de Base - CEBs e a Comissão Pastoral da Terra - CPT; o segundo foi o movimento sindical rural que teve sua rearticulação na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG; e o terceiro foi a Pedagogia da Alternância fundada no estado do Espírito Santo no ano de 1968, pela Igreja Católica. (CALAZANS, 1993, p.88)

Com o fim do período da ditadura militar já na década de 80, os movimentos sociais do campo voltam a ter força e começam se organizar novamente e na década de 1990 adentram o contexto da educação com o desenvolvimento de ações de formação onde sua base está fundada nas propostas educacionais advindas dos movimentos sociais e educativos da ocasião precedente. Segundo Silva (2006) “houve um resgate e sistematização pelos movimentos sociais modernos do que foi produzido anteriormente em relação à questão pedagógica, estabelecendo, portanto, uma conjectura pedagógica nos quais os alicerces ficarão presentes em diversas ações da Educação do Campo.”

Quanto aos movimentos sociais destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, conhecido como MST, a qual desde quando foi fundado na década de 80, sempre mostrou-se preocupado com questões educativas em seus acampamentos e assentamentos de reforma agrária, e de acordo com Morissawa (2001, p.239) desenvolveu uma proposta educativa original:

[...] Desde os anos iniciais de sua luta, os sem-terra reunidos sob a bandeira do MST tinham como prioridade a conquista da terra. Mas eles logo compreenderam que isso não era o bastante. Se a terra representava a possibilidade de trabalhar, produzir e viver dignamente, faltava-lhes um instrumento fundamental para a continuidade da luta.[...] A continuidade da luta exigia conhecimentos tanto para lidar com assuntos práticos, como financiamentos bancários e aplicação de tecnologias, quanto para compreender a conjuntura política, econômica e social. Arma de duplo alcance para os sem-terra e os assentados, a educação tornou-se prioridade no Movimento.

Fruto desse pensamento, no ano de 1997, o Movimento Sem Terra, estabeleceu acordo com a Universidade de Brasília, o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, bem como a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB,

e elaborou o 1º Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária - ENERA, que contou com a participação de mais de 700 educadores de assentamentos do campo e de instituições universitárias, as quais estavam trabalhando em programas de educação voltado para este público. Morissawa (2001)

Nesse congresso, que as instituições fomentadoras resolveram fazer uma ampla exposição a nível nacional, para refletir sobre a problemática vivenciada pela comunidade campesina nas mais diversas modalidades de ensino. No final de março de 1998, a coordenação organizadora deste evento, com a representatividade de todas as instituições mencionadas anteriormente realizou uma reunião com delegados de vinte unidades estaduais, objetivando instaurar em seus respectivos estados um método de reflexão e apreciação no que se refere aos obstáculos presentes no cotidiano do processo educacional no campo.

Instituições como o Movimento Sem Terra e o ENERA que atuavam na educação do campo fizeram parcerias e se organizaram e, de maio a julho de 1998, realizaram o total de vinte e três encontros nos mais diferentes estados. Desses encontros pegaram as idéias mais importantes e apresentaram para discussão na Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, que aconteceu também em 1998, onde estavam presentes nessa conferencia diversos movimentos sociais, organizações governamentais e não-governamentais que tiveram o apoio da CNBB, da UNESCO, do UNICEF da UnB. Pontua-se que no decorrer desta conferência, as instituições organizadoras do evento se incumbiram da responsabilidade de sensibilizar e despertar a sociedade e os órgãos governamentais no que se refere a elaboração de políticas públicas que objetivassem o direito à educação para a população do campo, criando assim um movimento nacional em prol da Educação do Campo.

Os anos de 1979 a 1984 é balizado como o começo do resgate da luta pela terra em nosso país, por meio de apropriações e acampamentos que aconteceram principalmente no estado do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, resultando assim com a constituição do Movimento Sem Terra, no ano de 1984, no qual a luta em prol de políticas públicas peculiares e a busca por um projeto educacional adequado para a sociedade campesina legitimou-se.

A 1ª Conferência estimulou a participação dos Estados, proporcionando a discussão na sociedade. Uma importante vitória desta mobilização no que se refere

as políticas públicas foi a proposta de Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação, através do Parecer CNE/CEB nº 36/2001 e sua instituição através da Resolução CNE/CEB nº 1/2002, que tratou de estabelecer a identidade da escola do campo:

Art. 2º [...] Parágrafo único. [...] pela vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no País.

Tal resolução foi de extrema importância para a educação do campo, dada tamanha dificuldade para se obter diretrizes peculiares para este tipo de educação, haja vista que sempre ocupava um lugar esquecido no campo das legislações. Sobre tal fato, é interessante expor que a Constituição Federal de 1988, ao garantir o direito à educação básica, abarcando todos os níveis e modalidades de ensino, gerou a probabilidade de repensar a educação do campo no cenário educativo. Com a mesma linha de pensamento, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996 deixou lugar para a inovação no campo pedagógico na educação do campo ao valorizar e reconhecer a diversidade sociocultural e ainda o direito à igualdade e à diferença, idealizando uma formação básica que atenda as peculiaridades de cada região e localidade. Neste sentido, a LDB em seu artigo 28 diz que:

**Art. 28.** Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:  
I - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;  
II - Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;  
III - Adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Verifica-se então a importância dos sistemas de ensino se organizarem e realizarem adequações que atendam as particularidades desse público, bem como trabalhar com conteúdos e metodologias direcionadas a realidade do meio em que vivem, garantindo assim uma educação de qualidade com a permanência do homem no campo.

Entre muitos movimentos sociais que foram importantes e contribuíram significativamente para a edificação da Educação do Campo pode-se mencionar, o

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura - CONTAG, a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar - FETRAF, o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA e o movimentos de mulheres trabalhadoras rurais.

Para os movimentos sociais do campo e diversas partes que se afeiçoam com as idéias propostas pela a Educação do Campo, existem algumas questões essenciais que precisam ser consideradas nesta perspectiva. De acordo com a responsável pela coordenação do Coletivo Nacional de Educação do MST e da Articulação Nacional por uma Educação do Campo, essas perspectivas podem estar assim assinaladas:

[...] A Educação do Campo é incompatível com o modelo de agricultura capitalista que combina hoje no Brasil latifúndio e agronegócio, exatamente porque eles representam a exclusão da maioria e a morte dos camponeses; A Educação do Campo tem um vínculo de origem com as lutas sociais camponesas;

[...] A Educação do Campo defende a superação da antinomia rural e urbano e da visão predominante de que o moderno e mais avançado é sempre o urbano, e que a tendência de progresso de uma localidade se mede pela diminuição de sua população rural;

[...] A Educação do Campo participa do debate sobre desenvolvimento, assumindo uma visão de totalidade, em contraposição à visão setorial e excludente que ainda predomina em nosso país e reforçando a idéia de que é necessário e possível fazer do campo uma opção de vida. (Caldart, 2004, p. 23)

A educação do campo precisa respeitar as peculiaridades do seu povo, valorizando sua história. Neste sentido, pontua-se que para os movimentos sociais e setores acadêmicos, a Educação do Campo tem suas ascendências na luta dos movimentos sociais em prol de uma política educacional para os assentamentos da reforma agrária. Contudo, mesmo sabendo que a Educação do Campo e Educação na Reforma Agrária surgiram na mesma época, elas são diferenciadas, no entanto, as mesmas se complementam. Para Fernandes (2006, p. 28-29):

A Educação na Reforma Agrária estaria vinculada a políticas educacionais voltadas para os assentamentos rurais, sendo, portanto, parte da Educação do Campo, definida como “um processo em construção que contempla em sua lógica a política que pensa a educação como parte essencial para o desenvolvimento do campo”. Assim o conceito de campo seria definido como um espaço multidimensional, o que permitiria leituras e políticas mais amplas do que o conceito de campo ou rural definido como espaço para produção de mercadorias.

Caldart (2004) assegura a necessidade de prosseguir na reflexão que engloba diversas políticas direcionadas ao povo do campo e que atrelaria a educação a um projeto de desenvolvimento com diferentes extensões, uma vez que isto não quer dizer que vincularia a educação a “modelos econômicos estreitos”, o que ocorria de forma freqüente em programas que se condiziam na então denominada Educação Rural. Desse modo, a Educação do Campo assegurar-se-ia na luta contra os “pacotes” sejam eles agrícolas ou educacionais e à tentativa de fazer das pessoas que residem no campo, órgãos de implantação de modelos que as ignoram, se contrapondo ainda à visão reducionista de educação como responsável para preparar mão de obra para o trabalho.

## **A ESCOLA DO CAMPO E SEU PAPEL FRENTE A EDUCAÇÃO DOS ALUNOS**

Ao pensar a educação como um processo em que trabalhe a formação dos indivíduos para que sejam críticos e saibam realizar suas escolhas e premissas para a vida em sociedade, sendo capazes de estabelecer alternativas de um projeto político, é necessário pensar à escola do campo, como um importante espaço de transformação social. Deste modo, a escola do campo tem o desafio de organizar e aplicar uma concepção que lute contra a hegemonia estabelecida, isto é, que seja capaz de criar e aplicar uma concepção de educação interligada a um projeto político de transformação social conduzido pela camada trabalhadora, requerendo assim uma formação que considere o indivíduo em seu todo, tendo este como homem do campo, no intuito de propiciar ao mesmo tempo a modificação do mundo e a autotransformação do ser humano.

Para Molina (2011, p. 56):

É por este motivo que a escola do campo, está englobada como um importante projeto direcionado ao povo do campo, cujo intuito é construir um processo de ensino-aprendizagem que de maneira eficaz venha fortalecer os indivíduos que ali residem em prol de suas ações primordiais, no bojo da composição ao longo da história dos movimentos que resistiam à ampliação capitalista em seus territórios.

A Educação do Campo está intimamente ligada aos movimentos sociais e com povos historicamente excluídos e isso traz consigo inúmeras questões no que se

refere ao cumprimento das práticas educacionais que acontecem diante desta designação. A partir do momento que se tem verdadeiramente a existência e a participação dos movimentos sociais nos processos educativos e nos diversos níveis de ensino, questionamentos são impostos a práticas que, de forma tradicional, vinham sendo desenvolvidas pelas escolas, professores e universidades.

Os movimentos sociais do campo, ao discutirem os ambientes de escolarização, tanto em relação a educação básica quanto no nível superior, colocam em questionamento o distanciamento entre os métodos de produção do conhecimento e realidade dos alunos. Eles determinam que estes, tornem participantes desses processos, e contribuem com seus conhecimentos e experiências, estabelecendo assim um diálogo com os conhecimentos científicos, no entendimento que, por meio dessa união, serão produzidos novos aprendizados auxiliando-os a enxergar a realidade de maneira crítica e, especialmente, sendo capaz de intervir sobre essa realidade. De acordo com Caldart (2010, p. 112):

A democratização exigida, não se refere apenas ao acesso, todavia, está ligada ainda a forma como se produz o conhecimento, sugerindo diversos princípios de produção, ultrapassando assim a ótica categorizada do conhecimento, característico do mundo moderno. (...) Assim, o entendimento sobre a importância de um troca de diálogo, ocupa um lugar bem mais complicado do que assegurar o reconhecimento da sabedoria de um povo. Para tanto, necessita-se aperfeiçoar a compreensão da teia de tensões enredada na produção de distintos saberes, nos modelos de produção do conhecimento.

A escola do campo configura-se como um dos espaços primordiais quanto a elaboração de condições que colaborem no sentido de promover avanço para a população do campo. Assim sendo, por meio do entendimento sobre as mais variadas formas das unidades de ensino desenvolverem seu trabalho na ótica contra hegemônica, além das atribuições costumeiramente dada à escola, de socialização das novas gerações e de transferência de saberes.

É essencial proporcionar em seu bojo importantes modificações, conforme já está acontecendo em diversas escolas do campo em nosso país, que dispõem do protagonismo dos movimentos sociais na criação de suas concepções educacionais e também na sua maneira de organização do fazer pedagógico. É possível demonstrar assim, quais são os assuntos basilares que precisam ser encarados pela escola no sentido desta desenvolver sua atuação de forma a atender os princípios e necessidades do campo. Para Caldart (2010, p.28):

Anterior a qualquer coisa, é preciso entender que é correto refletir em mudança da escola sem antes analisar os objetivos educacionais e o projeto de desenvolvimento do indivíduo que norteia tais finalidades. Toda prática educacional precisa norteia-se numa percepção de ser humano, numa visão de mundo e na maneira de discorrer os métodos de humanização e concepção do ser humano.

É necessário diferenciar objetivos formativos e objetivos da educação escolar visando que estes se atrelem à resposta político-filosófico que se refere ao processo de constituição de um projeto novo de sociedade e ainda sobre o desenvolvimento das gerações vindouras inseridas nesse espaço.

Por meio do projeto de formação remodelado, outras áreas que conservam convergências quanto o fato de alterarem-se a fim de assegurar que as escolas tradicionais que possuem no espaço rural se modifiquem em escolas do campo considerando e valorizando as relações sociais estabelecidas no âmbito escolar. Tais transformações segundo Caldart (2010, p. 87) precisam acontecer em torno de:

- 1) adquirir maneiras e técnicas para realizar o trabalho, as quais possam proporcionar a comunidade que vivem no entorno da escola para participarem ativamente, visualizando esta como uma parceira para encarar as dificuldades e alcançar soluções;
- 2) possibilitar a superação das pessoas de forma individual, seja no trajeto de formação pertinente à constituição de saberes, ou na construção de valores e táticas de tarefas, adquirindo, o oposto do egocentrismo, sendo valorizado o conhecimento e a experiência da efetivação de ações e estudos em grupo, bem como estabelecendo além disso a experiência da gestão coletiva da unidade escolar;
- 3) ultrapassar a divisão do trabalho em intelectual e manual, da teoria e da prática, objetivando levantar formas de implantar o trabalho de maneira consistente nos processos formativos passados pela instituição escolar.

Tendo em vista, a necessidade da escola do campo colaborar com a consolidação das ações de luta da sociedade camponesa, é essencial assegurar a articulação político-pedagógica tanto da instituição de ensino quanto da comunidade, tornando assim o conhecimento científico acessível a todos. Existem procedimentos fundamentais para que esta participação aconteça, dentre os quais a promoção de criação de locais no qual o coletivo seja ativo na tomada de decisão quantos os trabalhos que serão realizados e ainda sobre as prioridades das comunidades do campo, onde a escola pode contribuir de forma direta.

Outra característica muito importante que precisa estar presente nas escolas do campo dá-se a forma como é desenvolvido o método do trabalho e da

organização no grupo. Sendo assim, instruir os educandos sobre a adequada disciplina educativa e a necessidade de desenvolverem trabalhos nos coletivos é um elemento primordial de concepção e aproximação das funções que a unidade escolar pode ter nos processos de transformação social. Para Molina (2011, p.43):

Esta dimensão abrange ainda as experiências e conhecimentos de resolução e administração de conflitos e contendas advindas das atividades em grupo, proporcionando aprendizados no que se refere a posturas e comportamentos além do espaço escolar. A participação e gestão através de grupos é uma ferramenta essencial para a construção de ambientes que valorizem a auto-organização dos alunos, no que se refere a aprender como conviver com o outro, bem como analisar e tomar decisões, pensando no coletivo. A partir desses conhecimentos é concebível amontoar aprendizagens e valores com o intuito de construir relações sociais novas além do ambiente escolar, com mais propriedade e independência desses indivíduos.

No que concerne à pedagogia do trabalho, põem-se à escola do campo enormes desafios no que se refere a sua contribuição para a modificação das relações e do sistema de idéias que baseiam as relações da sociedade na ótica capitalista. Para uma escola que siga a perspectiva política da autonomia da classe trabalhadora, significa redefinir os valores do condicionamento do trabalho ao capital, isto é, dispor do trabalho como um valor principal, conforme atividade dinâmica na qual o indivíduo se constitui, dá sentido e sustenta-se. Desta forma, é fundamental instruir às crianças e aos jovens o significado de modificar o nosso meio para corresponder nossas necessidades, entendendo que a produção é do nosso trabalho e, especialmente, instruindo a viver do seu trabalho e não do trabalho de outro.

Um ponto crucial que merece destaque e que precisa ser modificado pela a escola do campo, é garantir que a forma como ocorre o processo ensino-aprendizagem seja a partir da realidade de seus educandos, e não fora desse contexto. Portanto, torna-se imprescindível englobar na prática pedagógica as vivências e peculiaridades dos alunos, pois agindo assim a escola acende a probabilidade de dar novo sentido ao conhecimento científico que, por si só, já é fruto de um esforço coletivo, que foi feito por muitos seres humanos durante bastante tempo.

Este é um dos obstáculos e, também uma oportunidade da escola do campo que consiste em promover os conhecimentos que os alunos têm por direito o acesso, com o desenvolvimento de ações a partir do trabalho com a realidade, da conexão com a educação e cultura e com os conhecimentos científicos, os quais

deverão ser repassados conforme cada etapa de vida do educando e conforme as diversas áreas do conhecimento.

Portanto, uma das qualidades basilares próspera dessa estratégia, que acopla os processos de ensino-aprendizagem, realidade social e formas de representação dos educandos que cursam a escola do campo, diz respeito à formulação de estratégias pedagógicas que sejam capazes de ultrapassar os espaços da sala de aula, edificando ambientes de aprendizagens que excedam essa barreira e que admitam a inquietação das incoerências do lado externo à sala de aula.

## **AÇÕES EDUCATIVAS QUE CONTRIBUEM NA FORMAÇÃO DOS SUJEITOS DO CAMPO**

No que concerne as ações educativas que contribuem na formação dos sujeitos do campo, Arroyo, Caldart e Molina (2004) enfatizam que a escola no campo precisa ter como finalidade maior assegurar conhecimentos, cidadania e continuação da identidade cultural para os alunos do campo. Assim sendo, a instituição de ensino ao ser implantada no campo, esbarra-se com as mais diferentes maneiras de processos produtivos, culturas diferenciadas, sujeitos distintos, que possuem valores e anseios peculiares. Para Leite (1999, p.99):

A função primordial da escola é ensinar, transmitir valores e traços da história e da cultura de uma sociedade. A função da escola é permitir que o aluno tenha visões diferenciadas de mundo e de vida, de trabalho e de produção, de novas interpretações de realidade, sem, contudo, perder aquilo que é próprio, aquilo que é identificador.

Faz-se necessário considerar que o sujeito que habita no campo, precisa ser respeitado no seu espaço, e isso acontece por meio da valorização de seu mundo e modo de viver. Assim, a terra, o meio ambiente, a democracia, a resistência e a renovação das lutas e dos espaços físicos, assim como as questões sociais, políticas, culturais, econômicas, científicas e tecnológicas, são elementos transversais na educação do campo (BRASIL, 2005). Desse modo, concorda-se com os autores que resguardam um projeto educacional que se efetive no âmbito escolar e que para tanto, é preciso ser do campo e no campo e não para o campo.

Arroyo, Caldart, Molina (2004) e Brandão (2003), destacam que é preciso que o ensino realizado no espaço do campo seja modificado, sendo compatível e coeso com o desenvolvimento do âmbito rural, considerando o “novo rural” (Caldart, 2004), como também os aspectos rurais tradicionais que perduraram. Daí é preciso acabar com a idéia de que o campo é um local obsoleto, de ausência de conhecimento, onde não há cultura, vida, nem tão pouco identidade. Logo, é preciso realizar mudanças, socializando e corroborando com as esferas políticas e pedagógicas da educação básica na esfera do campo. Para Brandão (2003, p.138):

A tentativa de redução dos índices de evasão e repetência, sobretudo entre as camadas de alunos carentes, é sempre limitada, quando realizada através da introdução de inovações simples de currículo e da aplicação de métodos, cuja eficácia, sem dúvida, é maior, quando em testes de laboratório. Uma das causas da distância entre os resultados experimentais e o trabalho escolar com novos métodos está em que o professor, principalmente o professor que trabalha, ele próprio, em escolas carentes, não pode, ou não quer trabalhar com o método tal como ele foi pensado.

É imprescindível que a educação no campo se assente na luta pelos direitos, como por exemplo, o direito ao saber, ao conhecer e à cultura produzida socialmente. Arroyo, Caldart, Molina (2004) definem a educação como direito do homem, da mulher, da criança, do jovem do campo. Segundo esses autores, é primordial que a educação encare o desenvolvimento considerando os aspectos da diversidade, da situação histórica peculiar de cada comunidade, os recursos disponíveis, as expectativas e aspirações dos que residem no meio rural. Para tanto, o currículo das escolas do campo precisa estar estruturado e alicerçado em uma conexão de desenvolvimento que conceba o indivíduo enquanto ser integral, que necessita ser trabalhado como um todo, proporcionando a constituição da sua cidadania e inclusão social, alocando os cidadãos do campo de volta no processo produção com justiça, bem-estar social e econômico.

É essencial, de acordo com os autores, a efetivação de políticas públicas que visam fortalecer a sustentabilidade dos indivíduos do campo, e para isso deve-se estar atento para as diferenças individuais entre esses sujeitos, ressaltando que o espaço do campo é desuniforme, requerendo assim o respeito a tais diversidades. Portanto, não é possível a construção de uma política educacional igual para todas as pessoas. Conforme Ortega e Fonseca (2004), é preciso desenvolver as políticas nacionais de acordo com as particularidades de cada região. Arroyo, Caldart e Molina

(2004) mencionam que a escola deve estar ligada ao mundo do trabalho, da cultura, ao mundo da produção, à luta pela terra e ao projeto popular de desenvolvimento do campo. Com isso, é necessário urgentemente romper com a idéia de que a cultura do povo do campo é inerte, direcionada para a conservação de formas e valores antiquados.

Contudo, ao refletir sobre o processo de educação do campo é preciso pensar em estratégias que auxiliem a confirmar identidades do campo. Para tanto, o governo brasileiro estabeleceu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, que teve aprovação e consentimento pelo Conselho Nacional de Educação, através da Resolução CNE/CEB, n. 1, de 03 de abril de 2002. Este documento é produto de ações e reivindicações históricas das mais diversas organizações e movimentos sociais que desenvolveram sua luta em prol de uma educação de qualidade para os diferentes indivíduos, sujeitos com identidades distintas que residem no espaço do campo, como é o caso dos agricultores familiares, trabalhadores rurais sem terra, quilombolas, assalariados rurais, povos da floresta, ribeirinhos, pescadores, extrativistas, dentre outros. Expõe-se ainda que em fevereiro de 2004, o governo brasileiro instaurou, na estrutura do Ministério da Educação e Cultura - MEC, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD, que dispõe da Coordenação Geral da Educação do Campo. Segundo as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, a identidade da escola do campo é acentuada da seguinte forma:

Art. 2 - Parágrafo único. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva do País.

Portanto, o vasto percurso da constituição do processo de identidade das escolas no espaço do campo foi caracterizado por avanços e regressos. Contudo, já é possível constatar muitas mudanças significativas nessa esfera e outras tantas que ainda precisar ser garantidas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho, é interessante enfatizar que a educação no campo é permeada por inúmeros desafios. Embora existam inúmeras conquistas no que se refere a marcos legais, um dos grandes desafios enfrentados no âmbito do direito à educação no campo é garantir a oferta e criar condições de permanência dos alunos na escola. E, entre as principais condições, encontra-se a situação socioeconômica de seus pais. Para tanto, torna-se necessário garantir meios de acesso e permanência com qualidade educacional para os discentes que residem no campo.

Assim, por meio da pesquisa percebe-se que a educação no campo tem avançado, embora, em passos lentos, uma vez que, as políticas públicas direcionadas para os sujeitos que ali residem, muitas não são implantadas. E se tratando de lugares mais distantes, esta implantação torna-se ainda mais inacessível, comprometendo a qualidade no processo ensino-aprendizagem, trazendo danos irreparáveis a esses sujeitos que dependem diretamente desta educação.

Diante de todo o exposto, torna-se imprescindível que o poder público municipal, estadual e federal se unam e busquem a implantação de estratégias que sejam capazes de atender as demandas e necessidades do povo do campo, garantindo assim que a utilização dos recursos públicos sejam utilizados em prol da melhoria das condições de vida desse povo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (ORGS). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004. BRASIL.

AZEVEDO, Fernando de. **A Educação e Seus Problemas**. São Paulo: Melhoramentos, 1962, 4ª edição.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Da escola rural de emergência à escola de ação comunitária**. In: ARROYO, Miguel Gonzalez (org.) *Da Escola Carente à Escola Possível*. São Paulo, Sp: Editora Loyola, 6 edição, março de 2003.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as **diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. p. 27833. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75723>>. Acesso em: 12 abril 2025.

BRASIL, MEC. **Educação do Campo: diferença mudando paradigmas**. Cadernos Secad 2, Brasília, DF. Março de 2007.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a **Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária**. Diário Oficial da União, Brasília, 5 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 18.05.2025

CALAZANS, Maria Julieta Costa. **Para compreender a educação do Estado no meio rural: traços de uma trajetória**. In.: THERRIEN, Jacques; DAMASCENO, Maria Nobre (Coords.). *Educação e escola no campo*. Campinas: Papirus, 1993, p. 15-40.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo: notas para uma análise dopercurso**. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). *Educação do Campo e pesquisa –II: questões para reflexão*. Brasília: Nead. 2010.

\_\_\_\_\_. **A Educação do Campo e a perspectiva de transformação da formaescolar**. In: MUNARIM, Antônio et al. (Orgs.). *Educação do Campo: reflexões e perspectivas*. Florianópolis: Insular, 2010.

\_\_\_\_\_. Sobre Educação do Campo. In.: SANTOS, Clarice Aparecida dos(Org.). **Campo. Políticas públicas: educação**. Brasília: Incra-MDA, 2008, p. 67-86. (Poruma Educação do Campo, n. 7. Coleção), 2004.

Conselho Nacional de Educação (CNE). **Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Diário Oficial da União, Brasília, 9 abr. 2002.

Fernandes, B. M. **Os Campos da Pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais**. In: *Educação do Campo e Pesquisa*:

questões para reflexão. Molina, M. C. (org). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. 27 – 39 p. 2006

GRYNSZPAN, Mário. **Movimentos sociais do campo**. In: GOVERNO de Juscelino Kubitschek. [online]. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Politica/MovimentosSociaisCampo>. Acesso em: 20.05.2025.

MOLINA, Mônica Castagna. **Legislação educacional do campo**. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Org.) Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: IESJV, Fiocruz, Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. **Das desigualdades aos direitos: a exigência de políticas afirmativas para a promoção da equidade educacional no campo**. Brasília: Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), 2009. Disponível em: <<http://www.gepec.ufscar.br/textos-1/textos-educacao-do-campo>>. Acesso em: 03.05.2025

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2001.

ORTEGA, A.C., FONSECA, S.G. **Política de Educação para o mundo rural brasileiro: entre a universalização e a diferenciação dos conteúdos**. Uberlândia: Editora Edufu. Ensino em Re-Vistav. 12, p. 89-95, jul. 2004

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo: Loyola, 1987, 2ª ed.

SILVA, Maria do S. Da Raiz à Flor: produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo. In: Molina, Mônica C. (org.) **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.